

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE NOVA ATA DA 10^a REUNIÃO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS BIÊNIO 2021/2022

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e dezessete minutos, realizou-se, no Plenário da Câmara Municipal de Ponte Nova, a nona reunião da Comissão de Serviços Públicos Municipais, sob a presidência da Vereadora Suellenn Christina Nascimento Monteiro com a presença dos vereadores Emersânio Pinheiro de Carvalho, por videoconferência, e Wellerson Mayrink de Paula. A reunião contou com a presença do Assessor Legislativo Edinei dos, do Procurador Jurídico Acácio Mucci Neves e do Agente Administrativo Analista Paulo Gomes Coelho. Iniciando-se os trabalhos, a Comissão deliberou sobre os seguintes Projetos: 1) PLCL 06/2021 - altera a Lei Complementar Municipal nº 3.027/2007 (Código de Posturas), para dispor sobre a afixação do "símbolo internacional de surdez" estabelecimentos públicos e privados. A Comissão decidiu que o projeto está apto a discussão e votação em Plenário; 2) PLL 09/2021 - dispõe sobre a reserva de vagas em contratações de obras e serviços para mulheres vítimas de violência doméstica, pessoas oriundas ou egressas do sistema prisional e travestis ou transexuais no Município de Ponte Nova A Comissão decidiu que o projeto está apto a discussão e votação em Plenário; 3) PLL 13/2021 - confere interpretação ao art. 3º, parágrafo único, da Lei Municipal nº 4.325/2019, que dispõe sobre o fornecimento de cesta básica de alimentos aos servidores municipais, para ressalvar os direitos previstos na Lei Complementar Municipal nº 1.522/1990, no que se refere às ausências justificadas ao trabalho, e dá outras providências. A Comissão decidiu que o projeto está apto a discussão e votação em Plenário; 4) PLL 14/2021 - dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Conectividade para as escolas públicas municipais de Ponte Nova. A Comissão decidiu que o projeto está apto a discussão e votação em Plenário; 5) PL 3.805/2021 – Aprova o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os municípios associados ao CIMVALPI e dá outras providências. A Comissão decidiu que o projeto está apto a discussão e votação em Plenário; 6) PL 3.818/2021 – dispõe sobre a Avaliação Especial de Desempenho dos servidores públicos em estágio probatório, integrantes do Quadro Geral do Poder Executivo Municipal e dá outras providências. A Comissão decidiu que o projeto está apto a discussão e votação em Plenário; 7) PL 3.825/2021 - dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2022 e dá outras providências. A Comissão decidiu que o projeto está apto a discussão e votação em Plenário; 8) PL 3.830/2021 – altera a



redação do artigo 2º e acrescenta o artigo 2-A na Lei Municipal nº 3.627/2011, que institui o Fundo Municipal de Turismo de Ponte Nova. A Comissão decidiu que o projeto está apto a discussão e votação em Plenário; 9) PL 3.832/2021 - altera a Lei Municipal nº 3.983/2015 e dá outras providências A Comissão decidiu que o projeto está apto a discussão e votação em Plenário; 10) PL 3.834/2021 - autoriza o Poder Executivo a doar área de terreno que especifica, situada no Bairro Estrela da Mata II, neste Município, ao Estado de Minas gerais, para complementar a área referente à construção do novo prédio do Fórum da Comarca de Ponte Nova. A Comissão decidiu que o projeto está apto a discussão e votação em Plenário; 11) PL 3.836/2021 autoriza o Poder Executivo a conceder à empresa Peterson Jovelino da Silva Socorro Eireli o direito de uso de bem público da área que especifica. A Comissão decidiu aguardar melhor análise da matéria; 12) PL 3.837/2021 - autoriza o Poder Executivo a conceder à empresa Supremo Artefatos e Pré Fabricados de Concreto Ltda o direito de uso de bem público da área que especifica. A Comissão decidiu aguardar melhor análise da matéria; 13) PL 3.838/2021 - autoriza o Poder Executivo a conceder à empresa Embalaflex - Indústria e Comércio de Plásticos Ltda o direito de uso de bem público da área que especifica. A Comissão decidiu aguardar melhor análise da matéria; 14) PL 3.839/2021 – autoriza o Poder Executivo a conceder à empresa Show Business Representação e Produção Ltda o direito de uso de bem público da área que especifica. A Comissão decidiu aguardar melhor análise da matéria; 15) PL 3.840/2021 autoriza o Poder Executivo a conceder à empresa lan Jahel Schwanz o direito de uso de bem público da área que especifica. A Comissão decidiu aguardar melhor análise da matéria; 16) PL 3.841/2021 - autoriza o Poder Executivo a conceder à empresa JC Comércio e Refrigeração Ltda o direito de uso de bem público da área que especifica. A Comissão decidiu aguardar melhor análise da matéria; 17) PL 3.842/2021 – autoriza o Poder Executivo a conceder à empresa Mixfer Indústria e Comércio de Ferragens Ltda o direito de uso de bem público da área que especifica. A Comissão decidiu aguardar melhor análise da matéria; 18) PL 3.843/2021 - autoriza o Poder Executivo a conceder à empresa Tavares e Tavares Indústria e Comércio de Embutidos e Defumados Ltda o direito de uso de bem público da área que especifica. A Comissão decidiu aguardar melhor análise da matéria; 19) PL 3.845/2021 – altera Lei 4.457/2021, que autoriza a inclusão de dotação orçamentária através de Crédito Adicional Especial no orçamento vigente para execução do Convênio 1261000367/18. A Comissão decidiu que o projeto está apto a discussão e votação em Plenário. Em seguida, a Comissão leu respostas protocoladas na Câmara de ofícios expedidos pela Comissão: 1) Ofício 269/GABI/2021 - Resposta a denúncia de contratação indevida de servidora; A Comissão solicitou do Executivo cópia do convênio firmado, questionando se a vaga é



permanente ou temporária, foi solicitado ainda pela Comissão, cópia do dimensionamento funcional da entidade de ensino; 2) Ofício 294/GABI/2021 — Resposta a denúncia de irregularidade no fornecimento de produtos da agricultura familiar. A Assessoria vai analisar a resposta para saber se todas as solicitações foram atendidas. Por fim, a Comissão leu denúncias recebidas pelo Canal de Ouvidoria da Câmara: 1) Denúncia de falta de ajudante na Secretaria Municipal de Obras; 2) Denúncia de atraso de ônibus da São Jorge Auto Bus; 3) Denúncia de desvio de função e sobre conduta de servidores na Secretaria Municipal de Obras. A Comissão solicitou que fosse enviado ofício ao Executivo e à São Jorge solicitando informações à respeito das denúncias recebidas. Nada mais havendo a tratar, os trabalhos foram encerrados às dezesseis horas e trinta minutos. Assim, lavrou-se a presente ata, aprovada e assinada pelos Vereadores integrantes da Comissão.

Suellenn Christina Nascimento Monteiro Presidente

Emersânio Pinheiro de Carvalho Secretário

Wellerson Mayrink de Paula Membro